RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), sobre a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC), o acordo de leniência, e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, órgão da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que dispõem o art. 129, inciso III, da Constituição da República; os arts. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e a Resolução nº 23, de 27 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com as modificações posteriores;

CONSIDERANDO a edição das Resoluções do CNMP nº 164, de 28 de março de 2017; nº 174, de 4 de julho de 2017; e nº 179, de 26 de julho de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar no âmbito do MPPA, a instauração e tramitação no âmbito cível, da notícia de fato, do inquérito civil, do procedimento preparatório, do procedimento administrativo, nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC) e o acordo de leniência.

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar e uniformizar as normas que regem os procedimentos extrajudiciais cíveis, no âmbito do MPPA;

CONSIDERANDO a padronização taxonômica levada a efeito pelas tabelas unificadas do CNMP; e

CONSIDERANDO a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida à deliberação do Colegiado,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC) e o acordo de leniência.

Parágrafo único. Todos os procedimentos extrajudiciais cíveis deverão observar, obrigatoriamente, as definições das tabelas unificadas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Seção I

Dos princípios fundamentais da atividade investigatória do Ministério Público

Art. 2º A atividade investigatória do Ministério Público rege-se pelos princípios gerais da atividade administrativa, pelos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal e pelos princípios especiais que regulam o Ministério Público, obedecendo notadamente:

I - o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana;

II - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

III - a facultatividade da instauração;

IV - a exclusividade e a indelegabilidade da instauração, direção, instrução e conclusão, nos termos do disposto nesta Resolução e na legislação específica;

V - a motivação das decisões;

VI - a publicidade oficial, ressalvadas as exceções disciplinadas no ordenamento jurídico para tutela do interesse público, da segurança da sociedade e do Estado e da intimidade e da privacidade;

VII - a distribuição ao membro do Ministério Público dotado de atribuição legal fixada por critérios objetivos prévios;

VIII - a celeridade, a razoável duração do procedimento e a proporcionalidade na tramitação e na solução;

IX - o impulso oficial, sem prejuízo do direito de petição e da colaboração de qualquer pessoa física ou jurídica;

X - a instrumentalidade das formas; e

XI - a resolutividade na atuação funcional.

Seção II
Da publicidade

Art. 3º Os atos e peças dos procedimentos extrajudiciais são públicos e consistirão:

I - na divulgação oficial das portarias de instauração e extrato das peças de arquivamento dos procedimentos extrajudiciais, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Pará (DoeMPPA);

II - na expedição de certidões no prazo de até 15 (quinze) dias, caso não seja possível o atendimento imediato;

III - na prestação de informações ao público em geral, obedecidas as regras de acesso à informação;

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

IV - na concessão de exame dos autos, bem como na extração de cópias, mediante o prévio pagamento dos emolumentos fixados na legislação pertinente, salvo nos autos sujeitos a sigilo, que dependerá de procuração do investigado; e

V - na ciência dos atos aos interessados, preferencialmente por meio eletrônico, mediante prévia e voluntária adesão.

§ 1º Sem prejuízo desses meios de publicidade, outros poderão ser utilizados contanto que atendam aos interesses institucionais e coletivos.

§ 2º As portarias de instauração de procedimentos extrajudiciais a que se refere o inciso I deste artigo serão comunicadas ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), nos termos de resolução própria.

§ 3º A comunicação de arquivamento ao noticiante é facultativa no caso de a notícia ter sido encaminhada ao Ministério Público em decorrência de dever de ofício.

§ 4º Na hipótese de recusa ou frustração da tentativa de cientificação por meio eletrônico, deverão ser utilizadas as seguintes formas sucessivamente:

I - meio postal com aviso de recebimento;

II - notificação pessoal; e

III - publicação de extrato no DoeMPPA, quando desconhecido ou não localizado o noticiante.

§ 5º Quando a parte ou o interessado possuir advogado constituído nos autos, a ciência deverá ser realizada por publicação no DoeMPPA, podendo ser complementada por meio eletrônico.

Art. 4º O sigilo será decretado nas seguintes hipóteses:

I - quando exigirem o interesse público ou social;

II - como medida de conveniência para eficiência das investigações e garantia da ordem pública; e

III - em razão da proteção jurídica da privacidade e da intimidade.

§ 1º A restrição à publicidade será decretada em decisão motivada, observados os incisos deste artigo e poderá ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa jurídica que a motivou.

§ 2º O interessado e o investigado poderão peticionar ao presidente do procedimento extrajudicial solicitando a decretação de sigilo com fundamento neste artigo.

Art. 5º Na consecução da atividade fim e considerando o princípio da unidade do Ministério Público, os dados de natureza sigilosa poderão ser compartilhados com outro membro do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 6º O membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas ou sigilosas.

Art. 7º Os órgãos de execução deverão remeter obrigatoriamente, por meio eletrônico, cópias de portarias de instauração dos procedimentos extrajudiciais, de petições iniciais de ações civis públicas, de promoções de arquivamento e de termos de compromisso de ajustamento de conduta, das recomendações, dos acordos de não persecução cível (ANPC) e dos acordos de leniência aos Centros de Apoio Operacionais (CAOs), da respectiva matéria, para fins de formação de banco de dados e compartilhamento de informações entre os demais membros do Ministério Público, sem prejuízo de outras formas de cooperação e envio de materiais de apoio.

Seção III
Dos prazos nos procedimentos extrajudiciais

Art. 8º Os prazos serão corridos, quando não indicados como dias úteis, e sempre computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em fim de semana, feriado ou dia sem expediente no Ministério Público.

Art. 9º O membro do Ministério Público proferirá despachos e decisões no prazo de até 30 (trinta) dias contados da última movimentação.

§ 1º O presidente do procedimento extrajudicial exigirá o cumprimento das diligências em prazo razoável a quem for endereçado o pedido, ao final do qual poderá reiterar.

§ 2º O descumprimento ao art. 10, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, decorrentes de recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública, sujeita o infrator à persecução penal, valendo-se, quando útil e necessário, da busca e apreensão com autorização judicial para obtenção dos dados negados.

§ 3º As diligências complexas que dependam da atuação de terceiros para a sua conclusão, devem ser realizadas em prazo razoável, sendo dever do membro a fiscalização da sua conclusão a contento.

§ 4º O Promotor de Justiça que assumir o cargo por substituição ou provimento, deverá observar os prazos em curso no momento em que se encontram.

CAPÍTULO II
DA NOTÍCIA DE FATO

Art. 10. A notícia de fato é qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 11. A notícia de fato anônima não implicará a ausência de providências pelo Ministério Público, desde que forneça, por meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, quando for conhecido, ou a qualificação mínima que permita a sua identificação e localização sob pena do seu arquivamento.

Art. 12. Se as informações forem verbais, deverão ser reduzidas a termo.

Art. 13. As demandas que se exaurirem em mera orientação jurídica ou simples atendimento ao público, deverão ser registradas em sistema informatizado e não ensejarão o registro de notícia de fato.

Art. 14. A notícia de fato deverá ser registrada em sistema informatizado de controle e distribuída livre e aleatoriamente entre os órgãos ministeriais com atribuição para apreciá-la.

§ 1º Quando o fato noticiado for objeto de procedimento em curso, a notícia de fato será distribuída por prevenção.

§ 2º Se aquele a quem for encaminhada a notícia de fato entender que a atribuição para apreciá-la é de outro órgão de execução, promoverá a sua remessa ao ente ministerial habilitado para tanto, independentemente de homologação pelo CSMP.

§ 3º Se aquele a quem for encaminhada a notícia de fato entender que a atribuição para apreciá-la é de outra unidade do Ministério Público deverá submeter sua decisão ao referendo do CSMP, no prazo de 3 (três) dias, para homologação.

§ 4º Suscitado o conflito de atribuições entre ramos ou unidades distintas do Ministério Público brasileiro, os autos da notícia de fato devem ser remetidos ao CSMP para homologação e posterior envio ao CNMP.

§ 5º O Promotor de Justiça deverá, antes de instaurar qualquer procedimento, fazer consulta aos sistemas informatizados para evitar a duplicidade de procedimentos acerca do mesmo tema.

Art. 15. Na hipótese de a demanda ingressar no Ministério Público em órgão interno exclusivamente administrativo, este deverá encaminhá-la à Coordenação da Procuradoria ou Promotoria de Justiça com atribuição para apreciá-la, sem prejuízo da devida distribuição.

Art. 16. A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. No prazo do *caput*, o membro do Ministério Público poderá colher informações preliminares imprescindíveis para deliberar sobre a instauração do procedimento próprio, sendo vedada a expedição de requisições.

Art. 17. A notícia de fato será arquivada quando:

I - o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado;

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

II - a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos da jurisprudência consolidada ou orientação do CSMP; ou

III - for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração e o noticiante não atender à intimação para completá-la.

§ 1º No caso do recebimento de notícia de fato que configure ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público de pouca expressão econômica, tomando-se por referência o valor de alçada das execuções fiscais do Estado do Pará, o órgão de execução poderá comunicar o fato ao ente público prejudicado, que possui atribuição para atuação tanto no âmbito disciplinar como no âmbito da improbidade administrativa.

§ 2º Na hipótese do § 1º supra, deve o membro instaurar um procedimento administrativo para acompanhar a atuação do ente público prejudicado, resguardando-se sempre a possibilidade de passar a investigar diretamente o ilícito por meio da instauração do procedimento adequado, se a qualquer momento demandar o interesse público, em especial se verificada ineficiência na atuação ou desinteresse do ente público prejudicado.

§ 3º O noticiante será cientificado da decisão de arquivamento, preferencialmente por meio eletrônico, mediante prévia e voluntária adesão.

§ 4º Na hipótese de recusa ou frustração da tentativa de cientificação por meio eletrônico, deverão ser utilizadas as seguintes formas, sucessivamente:

I - meio postal com aviso de recebimento;

II - notificação pessoal; e

III - publicação de extrato no DoeMPPA, quando desconhecido ou não localizado o noticiante.

§ 5º A comunicação ao noticiante é facultativa no caso de a notícia de fato ter sido encaminhada ao Ministério Público em decorrência de dever de ofício.

§ 6º Do arquivamento da notícia de fato caberá recurso ao CSMP no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 7º A comunicação à parte interessada deverá conter, anexa, cópia da decisão de arquivamento e, expressamente, a informação de que poderá haver recurso ao CSMP, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da referida ciência, devendo o recurso ser apresentado no órgão de execução arquivante.

§ 8º A comunicação produz efeitos a partir da confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário, que deverá ocorrer no prazo de até 3 (três) dias.

§ 9º Serão juntadas aos autos comprovação do envio e recebimento da cientificação.

§ 10. O recurso será protocolizado no órgão de execução arquivante, juntado à notícia de fato e comunicado à parte contrária, se for o caso, para contrarrazoar no prazo de 10

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

(dez) dias úteis.

§ 11. Em caso de não cientificação para a apresentação de contrarrazões, o órgão de execução deverá apresentar as justificativas.

§ 12. Cabe ao órgão de execução arquivante certificar a tempestividade do recurso.

§ 13. Caso não haja reconsideração, o órgão de execução arquivante deverá remeter o recurso com as contrarrazões apresentadas, se for o caso, ao CSMP, no prazo de 3 (três) dias.

§ 14. Será indeferida a instauração de notícia de fato quando o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público ou for incompreensível.

Art. 18. Não havendo recurso, a notícia de fato será arquivada no órgão que a apreciou, registrando-se no sistema respectivo em ordem cronológica, ficando a documentação à disposição dos órgãos correccionais.

Art. 19. Na hipótese do fato noticiado ter repercussão na seara criminal, o membro do Ministério Público deverá tomar as providências cabíveis, se tiver atribuição, ou remeter cópia dos autos a quem de direito.

Art. 20. O membro do Ministério Público, verificando que o fato requer apuração ou acompanhamento ou vencido o prazo do art. 16, *caput*, instaurará o procedimento próprio.

Art. 21. É vedado ao órgão de execução arquivar a notícia de fato ou instaurar qualquer tipo de procedimento sob o único fundamento de que o prazo mencionado nesta resolução se esgotou, caso não conste nos autos a realização de diligências preliminares ou enquanto houver diligência pendente.

Art. 22. É vedada a utilização da notícia de fato como sucedâneo de inquérito civil ou outro procedimento extrajudicial, assim como a utilização do poder requisitório na sua instrução.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Art. 23. O órgão de execução poderá instaurar procedimento preparatório com o objetivo de reunir elementos para a identificação dos investigados ou para a delimitação do objeto.

§ 1º O procedimento de que trata o *caput* deste artigo deve ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua instauração, prorrogável por igual prazo, uma única vez, por decisão fundamentada nos termos do que dispõe o art. 93, inciso IX da Constituição Federal, em caso de motivo justificável.

§ 2º Vencido o prazo previsto no parágrafo anterior, o membro do Ministério Público promoverá o arquivamento do procedimento preparatório, ajuizará a respectiva ação civil pública ou convertê-lo-á em inquérito civil.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 24. O procedimento preparatório deverá ser autuado, as folhas numeradas e registrado em sistema informatizado próprio, mantendo-se a numeração quando de eventual conversão.

Art. 25. A conversão de procedimento preparatório em inquérito civil será feita mediante a confecção de nova portaria, que conterà o nome dos investigados e o objeto delimitado, além dos demais requisitos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. A portaria de conversão deverá receber numeração de folhas contínua nos autos de procedimento preparatório, e este deverá ter sua nomenclatura alterada para inquérito civil, em sistema informatizado.

Art. 26. Aplicam-se ao procedimento preparatório, no que couber, as regras referentes ao inquérito civil, inclusive quanto à atribuição para instauração mediante portaria, instrução, processamento e arquivamento.

CAPÍTULO IV
DO INQUÉRITO CIVIL

Seção I
Da Definição

Art. 27. O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

Parágrafo único. O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações de titularidade do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição.

Seção II
Da Instauração

Art. 28. O inquérito civil poderá ser instaurado:

I - de ofício;

II - em decorrência da notícia de fato apresentada por qualquer pessoa, ou de comunicação de outro órgão do Ministério Público ou de qualquer autoridade, desde que forneça, por meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização; ou

III - por designação do Procurador-Geral de Justiça, do CSMP e dos demais órgãos da Administração Superior do MPPA, nos casos cabíveis.

§ 1º A atuação de ofício ocorrerá no caso de o membro ter conhecimento, por qualquer forma, de fato que, em tese, constitua ameaça ou lesão aos interesses ou direitos mencionados no art. 27 desta Resolução, devendo, no caso de não possuir atribuição, tomar as providências preliminares e cientificar o membro que a possua para conhecimento e adoção das providências respectivas.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 2º A falta de formalidade na apresentação das informações referidas no inciso II deste artigo, bem como sendo as informações verbais, que deverão ser reduzidas a termo, não implica o indeferimento do pedido de instauração do inquérito civil, salvo se, desde logo, mostrar-se improcedente a notícia, atendendo-se, na hipótese, o disposto no art. 31, §1º, desta Resolução.

§ 3º O conhecimento por manifestação anônima não implicará ausência de providências, desde logo obedecidos os mesmos requisitos da notícia de fato, constantes do art. 28, inciso II, desta Resolução.

§ 4º O Ministério Público, de posse de informações previstas nos arts. 6º e 7º da Lei nº 7.347, de 1985, que possam autorizar a tutela dos interesses ou direitos mencionados no art. 27 desta Resolução, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, com o intuito de apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

§ 5º Se no curso da investigação o presidente do inquérito civil concluir que não possui atribuição para a propositura da ação civil pública, remeterá os autos ao órgão dela investido, mediante despacho fundamentado, comunicando a remessa à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), à Corregedoria-Geral do Ministério Público (CGMP) e ao CSMP.

§ 6º Eventual conflito negativo ou positivo de atribuição será suscitado, fundamentadamente, nos próprios autos ou em petição dirigida à PGJ, que decidirá a questão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 29. O inquérito civil poderá ser instaurado conjuntamente por mais de um órgão de execução quando o objeto da investigação se inserir nas suas atribuições comuns, competindo a presidência dos atos a todos os membros do Ministério Público envolvidos.

Parágrafo único. A atuação conjunta também será possível no desenvolvimento de atividades próprias de grupos de atuação especializada com anuência ou participação do Promotor Natural.

Art. 30. O inquérito civil será instaurado por meio de portaria numerada em ordem crescente, renovada anualmente, autuada e registrada em sistema próprio, devendo conter, necessariamente:

I - o fundamento legal que autoriza a intervenção ministerial e a descrição do fato objeto do inquérito civil;

II - o nome e a qualificação possível da pessoa, física ou jurídica, a quem o fato é ou passa a ser atribuído;

III - o nome e a qualificação do autor da notícia de fato, se for o caso;

III - a determinação de diligências investigatórias iniciais;

IV - a determinação de autuação da portaria e dos documentos que originaram a instauração;

V - a determinação para que se registre em livro próprio;

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

VI - a designação de secretário, mediante termo de compromisso quando couber;

VII - a nomeação, quando for o caso, de pessoa que irá praticar as diligências mediante compromisso;

VIII - a determinação de remessa da portaria à Procuradoria-Geral de Justiça, ao CSMP e ao respectivo Centro de Apoio Operacional (CAO);

IX - a data e o local da instauração; e

X - a determinação de afixação da portaria no local de costume e de remessa de cópia para publicação na imprensa oficial.

§ 1º Se no curso do inquérito civil novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo investigado, o membro do Ministério Público poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro inquérito civil, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições.

§ 2º Ao verificar, no curso do inquérito, que a complexidade dos fatos ou a amplitude do objeto possa comprometer a eficiência da apuração, o presidente poderá determinar o desmembramento da investigação, expedindo as portarias correspondentes.

§ 3º A conversão de procedimento preparatório em inquérito civil será feita mediante a confecção de nova portaria, que conterá o nome dos investigados e o objeto delimitado, além dos demais requisitos previstos neste artigo, mantendo-se a numeração sequencial no inquérito civil.

§ 4º Verificada a identidade das partes ou da causa de pedir, entre dois ou mais procedimentos extrajudiciais, em que uma delas, contudo, possui pedido mais amplo e contém os pedidos das demais ações, os procedimentos deverão ser reunidos para tramitação e resolução conjunta, tendo atribuição o Promotor de Justiça que presidir o procedimento cujo objeto é o mais amplo, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

Seção III

Do Indeferimento de Requerimento de Instauração do Inquérito civil

Art. 31. Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no art. 27 desta Resolução, ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública, ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado.

§ 1º Do indeferimento caberá recurso administrativo ao CSMP, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º As razões de recurso serão protocolizadas no órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas ao CSMP, caso não haja reconsideração, no prazo de 3 (três) dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024 **(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)**

§ 3º A comunicação à parte interessada deverá conter, anexa, cópia da decisão de arquivamento e, expressamente, a informação de que poderá haver recurso ao CSMP, nos termos mencionados nos parágrafos anteriores.

§ 4º Do recurso serão intimados os interessados para, querendo, oferecer contrarrazões.

§ 5º Expirado o prazo do § 1º deste artigo, os autos serão arquivados na própria origem, registrando-se no sistema respectivo, mesmo sem manifestação do representante.

§ 6º Na hipótese de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, ao CPJ, nos termos do art. 21, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006.

Seção IV **Da Instrução**

Art. 32. A instrução do inquérito civil será presidida por membro do Ministério Público a quem for conferida essa atribuição, nos termos da lei.

§ 1º O membro do Ministério Público designará, nos próprios autos, servidor do Ministério Público lotado no respectivo órgão de execução para secretariar o inquérito civil, ou, na falta deste, servidor de outro órgão de execução.

§ 2º As peças que documentam os fatos de interesse do inquérito civil devem ser juntadas em sequência cronológica de apresentação, devidamente numeradas em ordem crescente.

§ 3º A instrução do Inquérito civil será efetivada por todos os meios admitidos em direito, podendo o membro do Ministério Público, exemplificativamente:

I - requisitar informações, certidões e documentos;

II - realizar audiências públicas;

III - promover ou requisitar perícias, exames, averiguações, vistorias e inspeções, na forma da legislação vigente;

IV - consultar banco de dados de caráter público ou relativo a serviços de relevância pública;

V - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância, procedimento administrativo cabível ou de inquérito policial;

VI - expedir notificações e intimações;

VII - realizar oitivas para colheita de depoimentos e esclarecimentos;

VIII - determinar a realização de condução coercitiva, em caso de não comparecimento injustificado de vítimas, informantes e testemunhas, observadas as prerrogativas legais;

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

IX - acompanhar o cumprimento de ordens judiciais deferidas a partir de pedidos formulados pelo Ministério Público;

X - requisitar auxílio da força policial;

XI - requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas; e

XII - requerer medidas cautelares como busca e apreensão de documentos, quebra de dados e outras.

§ 4º As diligências de caráter probatório, sobretudo de conteúdo técnico, poderão ser elaboradas por servidor do Ministério Público ou mediante colaboração prestada por órgãos e entidades conveniados.

§ 5º Todas as diligências serão documentadas, bem como as declarações e os depoimentos sob compromisso serão tomados por termo ou auto circunstanciado, assinado pelos presentes ou, em caso de recusa, por 2 (duas) testemunhas.

§ 6º O membro do Ministério Público, presidente do inquérito civil, solicitará, justificadamente, ao Procurador-Geral de Justiça, a expedição de citações, requisições, intimações ou outras correspondências necessárias, sempre que elas se destinem ao Governador do Estado, aos membros do Poder Legislativo estadual e dos tribunais, as quais serão encaminhadas, no prazo de 10 (dez) dias, pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 7º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos atos dirigidos aos membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do CNMP.

§ 8º As intimações para comparecimento deverão ser feitas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de adiamento.

§ 9º Em caso de ausência injustificada do intimado, previamente advertido das consequências jurídicas de seu não comparecimento ao ato, o presidente do procedimento investigativo poderá requisitar à autoridade policial competente a condução coercitiva do investigado, garantindo a este a oportunidade de manifestação por escrito e de juntada de documentos que comprovem suas alegações e auxiliem na elucidação dos fatos.

§ 10. Todos os ofícios requisitórios de informações ao inquérito civil e ao procedimento preparatório deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada.

§ 11. Qualquer pessoa poderá, durante a tramitação do inquérito civil, apresentar ao presidente documentos e subsídios para melhor apuração dos fatos.

§ 12. A diligência investigatória a realizar-se em outro órgão de execução será cumprida por meio de carta precatória, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 13. Caso se convença da propositura da ação, o órgão de execução que preside o inquérito civil deverá encerrá-lo com sucinto relatório em que exporá os fatos apurados e os fundamentos de sua convicção, enviando ao CSMP, para ciência, cópia do encerramento

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

do procedimento extrajudicial, da ação ajuizada e, posteriormente, da decisão que recebe a ação e a sentença.

§ 14. A pedido da pessoa intimada, o presidente do inquérito civil fornecer-lhe-á comprovação escrita de seu comparecimento.

§ 15. Os CAOs e demais órgãos do Ministério Público prestarão apoio administrativo e operacional aos atos do inquérito civil, inclusive diligências, sempre que solicitado.

§ 16. Na apuração dos ilícitos previstos nesta Resolução, será garantido ao investigado e ao interessado a oportunidade de manifestação por escrito e de juntada de documentos que comprovem suas alegações e auxiliem na elucidação dos fatos.

Art. 33. O investigado ou o interessado poderão requerer a realização de diligências ao presidente do inquérito civil que apreciará a sua conveniência e oportunidade em despacho fundamentado, cientificando-os da sua deliberação.

Art. 34. O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo, por duas vezes, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Procurador-Geral de Justiça, à CGMP e ao CSMP, mediante remessa, por via eletrônica, de cópia da decisão referente à prorrogação, devendo submeter à revisão do CSMP a segunda prorrogação.

Art. 35. O inquérito civil de improbidade administrativa deverá ser concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão do CSMP.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no *caput* deste artigo, a ação de improbidade deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil.

§ 2º A decisão de prorrogação do prazo para conclusão do inquérito civil público deve ser fundamentada, nos termos do que dispõe o art. 93, inciso IX da Constituição Federal, devendo elencar as diligências a serem realizadas.

§ 3º A decisão de prorrogação do Inquérito civil deverá ser submetida à revisão do CSMP, via Procedimento Administrativo, instaurado para esse fim, conforme art. 8º, inciso IV da Resolução nº 174/2017-CMMP, cujo cadastro deverá ser remetido em até 03 (três) dias da data de sua assinatura.

§ 4º O procedimento administrativo deverá ser apensado aos autos do Inquérito civil respectivo, quando do seu retorno à Promotoria de Justiça de origem, com a decisão do CSMP.

§ 5º O procedimento administrativo instaurado para remessa da decisão de prorrogação de inquérito civil de improbidade administrativa deve conter cópia da decisão de prorrogação submetido à revisão do CSMP e cópia digital integral dos autos do inquérito civil que precisará ser inserida em sistema informatizado.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 6º Em caso de inquérito civil integralmente digital, é desnecessária a sua juntada aos autos do procedimento administrativo, conforme previsto no parágrafo anterior, salvo se o procedimento for sigiloso.

§ 7º Não é necessária a instauração de procedimento administrativo quando o sistema informatizado permitir o encaminhamento do documento referente à decisão de prorrogação com a permanência do inquérito civil à disponibilidade da Promotoria de Justiça e acessível à consulta integral pelo CSMP.

§ 8º Enquanto pendente a decisão do CSMP, o membro que preside o inquérito civil continuará as diligências investigativas necessárias ao esclarecimento do objeto.

§ 9º O CSMP, ao deliberar pela não prorrogação do inquérito civil, devolverá os autos à Promotoria de Justiça de origem para propositura de ação com as razões do indeferimento.

§ 10. Na hipótese de atipicidade do fato ou prescrição, o CSMP determinará o arquivamento, salvo em caso de dano ao erário decorrente de ato doloso de improbidade administrativa.

§ 11. O órgão de execução poderá apresentar pedido de revisão ao CSMP, da decisão de não prorrogação referida nos §§ 9º e 10 deste artigo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação do extrato da ata da sessão.

§ 12. A decisão pela prorrogação do prazo do inquérito civil de improbidade administrativa poderá ser feita monocraticamente e as decisões de não prorrogação estarão sujeitas à decisão do plenário.

§ 13. O CSMP conhecerá de pedido de prorrogação de inquérito civil para apuração de improbidade administrativa com prazo extrapolado, excepcionalmente, para determinar o cumprimento de diligências específicas e imprescindíveis, fixando prazo razoável para realização, dando ciência à CGMP, para os fins do art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006; findo o prazo e não sendo o caso de concessão de nova prorrogação, o CSMP comunicará à CGMP, para os devidos fins.

§ 14. Ao conhecer dos pedidos de homologação de promoção de arquivamento de inquérito civil para apuração de improbidade administrativa, com prazo de 02 (dois) anos da investigação extrapolado, o CSMP poderá determinar, em atendimento ao interesse público, a designação pelo Procurador-Geral de Justiça de outro membro para atuar no feito, com a celeridade devida, dando ciência à CGMP, para os fins do art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006.

Art. 36. Após a instauração do inquérito civil ou do procedimento preparatório, quando o membro que o preside concluir ser atribuição de outra unidade do Ministério Público, este deverá submeter sua decisão ao referendo do CSMP, no prazo de 3 (três) dias.

Seção V
Das audiências públicas

Art. 37. Audiências públicas são reuniões organizadas e presididas pelo Ministério Público, abertas a qualquer do povo, para discussão de situações das quais decorra

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

ou possa decorrer lesão a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

§ 1º As audiências públicas têm por finalidade coletar, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos que embasem decisão do órgão do Ministério Público quanto à matéria objeto da convocação.

§ 2º Os órgãos do Ministério Público podem realizar audiências públicas no curso de inquérito civil ou antes de sua instauração.

§ 3º O Ministério Público poderá receber auxílio de entidades públicas para custear a realização das audiências referidas no *caput* deste artigo, mediante termo de cooperação ou procedimento específico, com a devida prestação de contas.

Art. 38. As audiências públicas serão precedidas da expedição de edital de convocação do qual constará, no mínimo, a data, o horário e o local da reunião, o objetivo e a forma de cadastramento dos expositores e da participação dos presentes.

Art. 39. Ao edital de convocação será dada a publicidade possível, sendo facultada a sua publicação no DoeMPPA e nos perfis institucionais do MPPA nas redes sociais e obrigatória a publicação no sítio eletrônico, bem como a afixação na sede da unidade do Ministério Público, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo em situações urgentes, devidamente motivadas no ato convocatório.

Art. 40. Da audiência será lavrada ata circunstanciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua realização, devendo constar o encaminhamento que será dado ao tema, se for o caso.

§ 1º A ata, por extrato, será afixada na sede da Promotoria de Justiça e será publicada no DoeMPPA.

§ 2º A audiência pública será, preferencialmente, gravada por meio audiovisual, hipótese em que a ata poderá ser realizada de forma simplificada.

§ 3º Toda a documentação e registros realizados da convocação até a conclusão da audiência pública deverão ser autuados no procedimento extrajudicial correlato.

§ 4º A ata e seu extrato deverão ser encaminhados ao Centro de Apoio Operacional respectivo, no prazo de 30 (trinta) dias da sua lavratura, para fins de conhecimento.

Art. 41. Se o objeto da audiência pública consistir em fato que possa ensejar providências por parte de mais de um membro do Ministério Público, aquele que teve a iniciativa do ato comunicará sua realização aos demais membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, podendo a audiência pública ser realizada em conjunto.

Parágrafo único. O órgão do Ministério Público, sempre que possível, comunicará a realização da audiência pública aos demais legitimados para o ajuizamento de ação civil pública, às instituições públicas ou privadas que possam contribuir com a matéria objeto da convocação e aos representantes do grupo, categoria ou classe de lesados.

Art. 42. Ao final dos trabalhos que motivaram a audiência pública, o representante do Ministério Público deverá produzir um relatório, no qual poderá constar, dentre

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

outras, alguma das seguintes providências:

I - arquivamento das investigações;

II - celebração de termo de ajustamento de conduta;

III - expedição de recomendações;

IV - instauração de procedimento, inquérito civil ou policial;

V - ajuizamento de ação civil pública;

VI - divulgação das conclusões de propostas de soluções ou providências alternativas, em prazo razoável, diante da complexidade da matéria;

VII - prestação de contas das atividades desenvolvidas em determinado período;

e

VIII - elaboração e revisão de Plano de Ação ou de Projeto Estratégico Institucional.

Parágrafo único. No caso de não haver providências imediatas a serem adotadas, o relatório pode ser substituído pela ata de que trata o art. 40 desta Resolução.

Art. 43. O resultado da audiência pública, deliberações, opiniões e informações emitidas nela, terão caráter consultivo e não vincularão a atuação do órgão do Ministério Público.

Seção VI
Do Arquivamento

Art. 44. Esgotadas todas as diligências, o órgão de execução do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública ou outra pertinente aos interesses e direitos mencionados no art. 27 desta Resolução, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do procedimento preparatório ou do inquérito civil.

§ 1º Nos casos de procedimento preparatório ou inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, havendo sentença penal que conclua pela inexistência da conduta ou pela negativa de autoria, será promovido o seu arquivamento.

§ 2º Cabe arquivamento de inquérito civil ou de procedimento preparatório para apurar ato de improbidade administrativa se, no curso da investigação, restar comprovada a insuficiência de provas da prática de atos de improbidade tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a ausência ou impossibilidade de comprovação de danos ao erário.

§ 3º Cabe arquivamento de inquérito civil ou de procedimento preparatório para apurar improbidade administrativa se, no curso da investigação, ficar comprovada a prescrição regulada pelo art. 23 da Lei nº 8.429, de 1992, ressalvados os casos em que haja comprovação de prática dolosa que cause danos ao erário, que é imprescritível e demanda o prosseguimento do feito.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 4º Os autos do procedimento preparatório ou do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, serão submetidos ao exame e deliberação do CSMP, na forma de seu Regimento Interno, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de falta grave, contados da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados nos termos dos §§ 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do art. 17 desta resolução.

§ 5º Não ocorrendo a remessa no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo, o CSMP, de ofício ou a pedido de qualquer interessado, requisitará os autos do procedimento preparatório ou do inquérito civil, para exame e deliberação.

§ 6º A cientificação pessoal das partes interessadas deverá conter cópia da decisão de arquivamento e consignar, expressamente, a informação de que até a sessão do CSMP para homologação ou rejeição da promoção de arquivamento poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do procedimento preparatório ou do inquérito civil.

§ 7º Deixando o CSMP de homologar a promoção de arquivamento, tomará uma das seguintes providências:

I - determinará a conversão do julgamento em diligência, indicando, de forma expressa, os atos imprescindíveis para elucidação dos fatos objeto de apuração e sua decisão; ou

II - determinará o ajuizamento de ação civil pública por outro membro designado pelo Procurador-Geral de Justiça;

§ 8º Determinada a conversão do julgamento em diligência, os autos retornarão ao mesmo membro do Ministério Público que promoveu o arquivamento, ao qual caberá recusa fundamentada, hipótese em que os autos serão encaminhados à PGJ para designação de outro membro.

§ 9º O membro do Ministério Público em que recair a designação do Procurador-Geral de Justiça, em razão de recusa fundamentada, deverá obrigatoriamente prosseguir com as diligências ou ajuizar a ação civil pública.

§ 10. O membro do Ministério Público em que recair a designação do Procurador-Geral de Justiça a que se refere o inciso II do § 7º, desta Resolução, deverá, obrigatoriamente, ajuizar a ação civil pública.

§ 11. Quando for determinada a realização de diligências ou propositura de ação civil pública, o CSMP poderá determinar prazo para o cumprimento pelo Promotor de Justiça, o qual deverá, ao final, remeter informações ao Conselheiro Relator.

§ 12. Quando encerrado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o Conselheiro Relator poderá solicitar ao membro do Ministério Público o esclarecimento sobre o cumprimento da decisão.

Art. 45. Não oficiará nos autos do procedimento preparatório, do inquérito civil ou da ação civil pública o membro responsável pela promoção de arquivamento não homologado pelo CSMP, ressalvada a hipótese do art. 44, § 8º, desta resolução.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 46. O órgão de execução deverá arquivar parcialmente o inquérito civil quando, no decorrer das investigações, não ficar comprovada a responsabilidade de parte dos investigados com o objeto em apuração, continuando nos mesmos autos a investigação em relação aos remanescentes.

§ 1º O arquivamento parcial deverá ser encaminhado ao CSMP, no prazo de 03 (três) dias, contados da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, nos termos dos §§ 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do art. 17, desta Resolução.

§ 2º O encaminhamento a que se refere o parágrafo anterior deverá ser por protocolo unificado e, na falta deste, via procedimento administrativo, instaurado para esse fim, contendo cópia da promoção de arquivamento fundamentada e cópia digital integral dos autos do procedimento preparatório ou inquérito civil, que precisará ser inserida em sistema informatizado.

Art. 47. Quando a ação judicial não envolver todos os fatos e pessoas do inquérito civil, as investigações da parte não judicializada deverá prosseguir ou, em caso de arquivamento, deverá ser promovido e encaminhado no prazo de 03 (três) dias ao CSMP.

Art. 48. O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento; transcorrido esse lapso, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas.

Parágrafo único. O desarquivamento de inquérito civil para a investigação de fato novo, não sendo caso de ajuizamento de ação civil pública, implicará novo arquivamento e remessa ao CSMP, na forma do art. 44, § 4º, desta Resolução.

Art. 49. Quando o fato investigado em procedimento preparatório ou inquérito civil constituir, em tese ou concretamente, ilícito penal, eleitoral, infracional ou outra área, a respectiva promoção de arquivamento deverá explicitar as providências adotadas a respeito.

Art. 50. Do arquivamento de procedimento preparatório ou inquérito civil de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, ao CPJ, nos termos do art. 21, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006.

CAPÍTULO V
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 51. O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a:

I - acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado;

II - acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições;

III - apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis;

IV - embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

V - acompanhar o cumprimento das cláusulas de acordo de não persecução cível; e

VI - acompanhar o procedimento de autocomposição, avaliando-se, nessa hipótese, o sigilo do conteúdo dos diálogos autocompositivos, caso necessário.

Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa em razão de um ilícito específico, ficando vedada a sua utilização nas hipóteses de instauração de inquérito civil e procedimento preparatório.

Art. 52. O procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto no inquérito civil.

Art. 53. Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem apuração criminal ou sejam voltados para a tutela dos interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, o membro do Ministério Público deverá instaurar o procedimento de investigação pertinente ou encaminhar a notícia de fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição para tanto.

Art. 54. O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser sucessivamente prorrogado pelo mesmo período, desde que haja decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos.

Art. 55. Nos casos de procedimento administrativo oriundo de termo de ajustamento de conduta, o CSMP deverá ser cientificado do cumprimento das cláusulas desse acordo, conforme ato normativo daquele órgão da Administração Superior.

Art. 56. O procedimento administrativo previsto no art. 51, incisos I, II, IV, V e VI, desta Resolução, deverá ser arquivado no próprio órgão de execução ou de autocomposição (Resolução CNMP nº 118/2014), com comunicação ao CSMP e remessa de cópia da peça de arquivamento, sem necessidade de envio dos autos para homologação do arquivamento.

Art. 57. No caso de procedimento administrativo concernente a direitos individuais indisponíveis, previsto no art. 51, inciso III, desta Resolução, o noticiante será cientificado da decisão de arquivamento, da qual caberá recurso ao CSMP, no prazo de 10 (dez) dias úteis, na forma prevista nos §§ do art. 17 desta Resolução.

§ 1º A cientificação à parte interessada deverá conter, anexa, cópia da decisão de arquivamento e, expressamente, a informação de que poderá haver recurso ao CSMP, nos termos mencionados no *caput* deste artigo.

§ 2º O recurso será protocolizado na secretaria do órgão que arquivou o procedimento e juntado aos respectivos autos extrajudiciais, que deverão ser remetidos, no prazo de 3 (três) dias, ao CSMP para apreciação, caso não haja reconsideração.

§ 3º Não havendo recurso, os autos serão arquivados no órgão que apreciou o procedimento, registrando-se no sistema respectivo, com comunicação ao CSMP e remessa de cópia da peça de arquivamento, sem necessidade de envio dos autos para homologação de arquivamento.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 58. O procedimento administrativo instruirá a ação ou medida judicial dele decorrente com as cópias das peças consideradas pertinentes.

Art. 59. Aplica-se ao procedimento administrativo as disposições desta Resolução sobre o inquérito civil, naquilo que lhe for compatível, bem como os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 14 desta Resolução.

CAPÍTULO VI
DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 60. O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos cuja defesa incumbe ao Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.

§ 1º Não sendo titular dos direitos concretizados no compromisso de ajustamento de conduta, não pode o órgão do Ministério Público fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, cingindo-se a negociação à interpretação do direito para o caso concreto, à especificação das obrigações adequadas e necessárias, em especial o modo, tempo e lugar de cumprimento, bem como à mitigação, à compensação e à indenização dos danos que não possam ser recuperados.

§ 2º É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, quando se constatar a prescrição das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, visando a recomposição do patrimônio público ou a correção de irregularidades.

§ 3º A celebração do compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, o reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

§ 4º Caberá ao órgão do Ministério Público com atuação para a celebração do compromisso de ajustamento de conduta decidir quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de reuniões ou audiências públicas com a participação dos titulares dos direitos, entidades que os representem ou demais interessados.

Art. 61. No exercício de suas atribuições, poderá o órgão do Ministério Público tomar compromisso de ajuste de conduta para adoção de medidas provisórias ou definitivas, parciais ou totais.

Parágrafo único. Na hipótese de adoção de medida provisória ou parcial, a investigação deverá continuar no que diz respeito aos demais aspectos da questão, ressalvada situação excepcional que enseje arquivamento fundamentado.

Art. 62. O compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, ou no curso da ação judicial, dando-se por tempo, elaborado em pelo menos 2 (duas) vias, devidamente assinadas pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário, devendo conter:

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

I - o nome e a qualificação das partes compromissadas;

II - a descrição das obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto;

III - o prazo, a forma e o modo para cumprimento das obrigações;

IV - os fundamentos de fato e de direito; e

V - a previsão das cominações de penalidades por eventual descumprimento, nos termos do art. 63 desta Resolução.

§ 1º Quando o compromissário for pessoa física, o compromisso de ajustamento de conduta poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato público ou particular, sendo que, neste último caso, com reconhecimento de firma.

§ 2º Quando o compromissário for pessoa jurídica, o compromisso de ajustamento de conduta deverá ser firmado por quem tiver, por lei, regulamento, disposição estatutária ou contratual, poderes de representação extrajudicial do ente jurídico compromissário ou por procurador com poderes especiais outorgado por seu representado.

§ 3º Em se tratando de empresa pertencente a grupo econômico, deverá assinar o representante legal da empresa jurídica controladora à qual esteja vinculado, sendo admissível a representação por procurador com poderes especiais outorgado pelo representante.

§ 4º Na fase de negociação e assinatura do compromisso de ajustamento de conduta, poderão os compromissários ser acompanhados ou representados por seus advogados, devendo juntar-se aos autos instrumento de mandato.

§ 5º É facultado ao órgão do Ministério Público colher as assinaturas, como testemunhas, das pessoas que tenham acompanhado a negociação ou de terceiros interessados.

§ 6º Poderá o compromisso de ajustamento de conduta ser firmado em conjunto por órgãos de ramos diversos do Ministério Público ou por este e outros órgãos públicos legitimados, bem como contar com a participação de associação civil, entes ou grupos representativos ou terceiros interessados.

Art. 63. O compromisso de ajustamento de conduta deverá prever multa diária ou outras espécies de cominação para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que tal cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso.

Art. 64. As indenizações pecuniárias referentes a danos a direito ou interesses difusos e coletivos, quando não for possível a reconstituição específica do bem lesado, e as liquidações de multas deverão ser destinadas a fundos federais, estaduais e municipais que tenham o mesmo escopo do fundo previsto no art. 13 da Lei nº 7.347, de 1985.

§ 1º Também é admissível a destinação dos recursos previstos no *caput* deste artigo, a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza, ao

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos, a depósito em contas judiciais, ou ainda poderão receber destinação específica que tenha a mesma finalidade dos fundos previstos em lei ou esteja em conformidade com a natureza e a dimensão do dano.

§ 2º Os valores referentes às medidas compensatórias decorrentes de danos irreversíveis aos direitos ou interesses difusos deverão ser, preferencialmente, revertidos em proveito da região ou pessoas impactadas.

Art. 65. O CSMP disciplinará os mecanismos de fiscalização do cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta tomado pelos órgãos de execução e a revisão, pelo Órgão Superior, do arquivamento do inquérito civil ou do procedimento no qual foi tomado o compromisso, observadas as regras gerais desta resolução.

§ 1º Os mecanismos de fiscalização referidos no *caput* deste artigo não se aplicam ao compromisso de ajustamento de conduta levado à homologação do Poder Judiciário.

§ 2º A regulamentação do CSMP deve compreender, no mínimo, a exigência de ciência formal do conteúdo integral do compromisso de ajustamento de conduta ao Órgão Superior, em prazo não superior a 3 (três) dias da promoção de arquivamento do inquérito civil ou do procedimento correlato em que foi celebrado.

Art. 66. O CSMP dará publicidade ao extrato do compromisso de ajustamento de conduta em diário oficial próprio ou não, no site da instituição ou por qualquer outro meio eficiente e acessível, conforme as peculiaridades de cada ramo do Ministério Público, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o qual poderá conter:

I - a indicação do inquérito civil ou procedimento em que foi tomado o compromisso;

II - a indicação do órgão de execução;

III - a área de tutela dos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em que foi firmado o compromisso de ajustamento de conduta e sua abrangência territorial, quando for o caso;

IV - a indicação das partes compromissárias, seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e o endereço de domicílio ou sede;

V - o objeto específico do compromisso de ajustamento de conduta; e

VI - a indicação de endereço eletrônico em que se possa acessar o inteiro teor do compromisso de ajustamento de conduta ou local em que seja possível obter cópia impressa integral.

§ 1º Ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas, a publicação no site da instituição disponibilizará acesso ao inteiro teor do compromisso de ajustamento de conduta ou indicará o banco de dados público em que pode ser acessado.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 2º A disciplina deste artigo não impede a divulgação imediata do compromisso de ajustamento de conduta celebrado nem o fornecimento de cópias aos interessados, consoante os critérios de oportunidade, conveniência e efetividade formulados pelo membro do Ministério Público.

Art. 67. No mesmo prazo mencionado no artigo anterior, o Órgão Superior providenciará o encaminhamento ao CNMP de cópia eletrônica do inteiro teor do compromisso de ajustamento de conduta para alimentação do Portal de Direitos Coletivos, conforme disposto na Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 2, de 21 de junho de 2011, que instituiu os cadastros nacionais de informações de ações coletivas, inquéritos e termos de ajustamento de conduta.

Art. 68. O órgão do Ministério Público que tomou o compromisso de ajustamento de conduta deverá diligenciar para fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados.

Parágrafo único. Poderão ser previstas no próprio compromisso de ajustamento de conduta obrigações consubstanciadas na periódica prestação de informações sobre a execução de acordo pelo compromissário.

Art. 69. As diligências de fiscalização mencionadas no artigo anterior serão providenciadas nos próprios autos em que foi celebrado o compromisso de ajustamento de conduta, quando realizadas antes do respectivo procedimento ou em procedimento administrativo de acompanhamento especificamente instaurado para tal fim.

Art. 70. Quando o membro oficiante reputar ineficaz o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), em razão da modificação significativa das situações fáticas ou jurídicas, deverá indicar, mediante despacho fundamentando, os defeitos imputados ao referido instrumento, as medidas que considera necessárias para saná-los, bem como a retificação do TAC ou sua anulação.

Parágrafo único. A retificação do TAC deverá contar com a anuência expressa do Compromitente.

Art. 71. Descumprido o compromisso de ajustamento de conduta, integral ou parcialmente, deverá o órgão de execução do Ministério Público com atribuição para fiscalizar o seu cumprimento, promover, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ou assim que possível, nos casos de urgência, a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial, com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo poderá ser exercido se o compromissário instado pelo órgão do Ministério Público justificar satisfatoriamente o descumprimento ou reafirmar sua disposição para o cumprimento, casos em que ficará a critério do órgão ministerial decidir pelo imediato ajuizamento da execução, por sua repactuação ou pelo compromisso de ajustamento de conduta, sem prejuízo da possibilidade de execução da multa, quando cabível e necessária.

Art. 72. O Ministério Público tem legitimidade para executar compromisso de ajustamento de conduta firmado por órgão público, no caso de omissão deste frente ao descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da adoção de outras providências de natureza civil ou criminal que se mostrarem pertinentes, inclusive em face da inércia do órgão público compromitente.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 73. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) promoverá cursos de aperfeiçoamento sobre técnicas de negociação e mediação voltados para a qualificação de membros e servidores, com vistas ao aperfeiçoamento da teoria e prática do compromisso de ajustamento de conduta.

CAPÍTULO VII
DA RECOMENDAÇÃO

Art. 74. A recomendação é instrumento da atuação extrajudicial do Ministério Público, por intermédio do qual este expõe, em ato formal, as razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela Instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

§ 1º Por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação para ser atendida e assim alcançar sua plena eficácia, a recomendação não tem caráter coercitivo.

§ 2º A recomendação rege-se pelos seguintes princípios, entre outros:

I - motivação;

II - formalidade e solenidade;

III - celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas;

IV - publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade;

V - máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas;

VI - garantia de acesso à justiça;

VII - máxima utilidade e efetividade;

VIII - caráter não vinculativo das medidas recomendadas;

IX - caráter preventivo ou corretivo;

X - resolutividade;

XI - segurança jurídica; e

XII - ponderação e proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos

fundamentais.

Art. 75. O Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório, poderá expedir recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumbam defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 1º Preliminarmente à expedição da recomendação à autoridade pública, serão requisitadas informações ao órgão destinatário sobre a situação jurídica e o caso concreto a ela afetos, exceto em caso de impossibilidade devidamente motivada.

§ 2º Em casos que reclamam urgência, o Ministério Público poderá, de ofício, expedir recomendação, procedendo, posteriormente, à instauração do respectivo procedimento.

Art. 76. A recomendação pode ser dirigida, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público.

§ 1º A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para adoção das medidas recomendadas ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano.

§ 2º Quando entre os destinatários da recomendação figurar autoridades para as quais a lei estabelece caber ao Procurador-Geral de Justiça o encaminhamento de correspondência, citação ou intimação, incumbe a este, ou ao órgão do Ministério Público a quem essa atribuição tiver sido delegada, encaminhar a recomendação expedida pelo Promotor ou Procurador de Justiça natural, no prazo de 10 (dez) dias, não cabendo à chefia institucional a valoração do conteúdo da recomendação, expedida por órgão ministerial sem atribuição, que afronta a lei ou o disposto nesta Resolução ou, ainda, quando não for observado o tratamento protocolar devido ao destinatário.

Art. 77. Não poderá ser expedida recomendação que tenha como destinatária(s) a(s) mesma(s) parte(s) e o objeto o(s) mesmo(s) pedido(s) de ação judicial, ressalvadas as situações excepcionais, justificadas pelas circunstâncias de fato e de direito e pela natureza do bem tutelado, devidamente motivadas, e desde que não contrarie decisão judicial.

Art. 78. Sendo cabível a recomendação, esta deve ser manejada anterior e preferencialmente à ação judicial.

Art. 79. A recomendação deve ser devidamente fundamentada, mediante a exposição dos argumentos fáticos e jurídicos que justificam a sua expedição.

Art. 80. A recomendação conterà a indicação de prazo razoável para adoção das providências cabíveis, que deverão ser assinaladas de forma clara e objetiva.

Parágrafo único. O atendimento da recomendação será apurado nos autos do inquérito civil, do procedimento administrativo ou do procedimento preparatório em que foi expedida.

Art. 81. O órgão do Ministério Público poderá requisitar ao destinatário a adequada e imediata divulgação da recomendação expedida, incluindo sua fixação em local de fácil acesso ao público, se necessária à efetividade da recomendação.

Art. 82. O órgão do Ministério Público poderá requisitar resposta por escrito sobre o atendimento ou não da recomendação, bem como instar os destinatários a respondê-la de modo fundamentado.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Parágrafo único. Havendo resposta fundamentada de não atendimento, ainda que não requisitada, impõe-se ao órgão do Ministério Público que expediu a recomendação apreciá-la fundamentadamente.

Art. 83. Na hipótese de desatendimento à recomendação, de falta de resposta ou de resposta considerada inconsistente, o órgão do Ministério Público adotará as medidas cabíveis à obtenção do resultado pretendido.

§ 1º No intuito de evitar a judicialização e fornecer ao destinatário todas as informações úteis à formação de seu convencimento quanto ao atendimento da recomendação, poderá o órgão do Ministério Público, ao expedir a recomendação, indicar as medidas que entende cabíveis, em tese, no caso de desatendimento da recomendação, desde que incluídas em sua esfera de atribuição.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o órgão ministerial não adotará as medidas indicadas antes de transcorrido o prazo fixado para resposta, exceto se fato novo determinar a urgência de atribuições.

§ 3º A efetiva adoção das medidas indicadas na recomendação como cabíveis em tese pressupõe a apreciação fundamentada da resposta de que trata o parágrafo único do art. 86 desta Resolução.

CAPÍTULO VIII
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL (ANPC)

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 84. O ANPC constitui uma espécie de negócio jurídico, aplicável às questões envolvendo a prática de ato de improbidade administrativa.

Art. 85. Os órgãos de execução do MPPA, com atribuição para a propositura da ação de improbidade administrativa, poderão firmar ANPC, com os responsáveis por ato de improbidade administrativa, pessoas físicas ou jurídicas, assistidas por advogado ou defensor público, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente e da aplicação de uma ou de algumas das sanções previstas em lei.

§ 1º A celebração do ANPC com o Ministério Público não afasta eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento da responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente em seu respectivo termo.

§ 2º O acordo pode ser celebrado para a adoção de medidas provisórias ou definitivas, parciais ou totais, continuando a investigação ou processo judicial em relação aos demais aspectos do ilícito.

§ 3º O acordo celebrado na fase extrajudicial ou judicial conterá obrigações certas, líquidas, determinadas e exigíveis, a menos que, excepcionalmente e de forma fundamentada, as peculiaridades do caso indiquem outros termos para a composição.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 86. A celebração do ANPC, na forma desta Resolução, visa a atender ao contido na Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, do CNMP, que “dispõe sobre a Política Nacional de Fomento da Atuação Resolutiva do Ministério Público”, objetivando a aplicação célere e eficaz das sanções estabelecidas na Lei nº 8.429, de 1992, em especial a reparação do dano sofrido pelo erário, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência, de forma suficiente para prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade administrativa.

Art. 87. O ANPC poderá ser celebrado a qualquer tempo, desde que proporcione suficiente proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa, mediante avaliação das peculiaridades do caso concreto que indiquem ser mais vantajoso ao interesse público do que o ajuizamento da ação de improbidade administrativa ou o seu prosseguimento, levando-se em consideração, dentre outros fatores:

I - a complexidade, o custo e a provável duração do processo;

II - a adequação das medidas preventivas, ressarcitórias e punitivas contempladas, racionalmente relacionadas com a gravidade do fato, o proveito patrimonial obtido pelo agente, a extensão do dano, a personalidade do infrator e a repercussão social do ilícito;

III - os prognósticos sobre prováveis efeitos fáticos e jurídicos, a curto, médio e longo prazos;

IV - a colaboração do agente infrator com a solução negociada e sua capacidade para o cumprimento do que for acordado;

V - a adoção de medidas para garantir a ausência, na proposta de acordo, de colusão ou de qualquer espécie de fraude;

VI - a conformidade com as diretrizes do planejamento institucional e as soluções da jurisprudência;

VII - o prognóstico do resultado útil das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com a comparação entre o acordo proposto e o provável resultado de um julgamento judicial sobre o mérito da demanda, com ênfase na responsabilidade e nos danos; e

VIII - constituir meio de obtenção de provas em quaisquer espécies de atos de improbidade administrativa, desde que o beneficiado pela composição colabore efetivamente com as investigações e o processo, quando for o caso.

Art. 88. As tratativas que envolverem ilícitos puníveis nas esferas cível e criminal serão estabelecidas preferencialmente de forma conjunta pelos órgãos do Ministério Público com atribuições nas respectivas áreas de atuação, em instrumentos distintos, seja com vistas à celebração do acordo de colaboração premiada, seja do acordo de não persecução penal, seja, ainda, do acordo em matéria de improbidade administrativa.

Seção II
Das Modalidades de ANPC

Art. 89. O ANPC poderá ser de pura reprimenda ou de colaboração.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024

(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 1º O acordo de pura reprimenda abrevia o procedimento de responsabilização, mediante aplicação imediata de medidas sancionatórias convencionadas, de modo a promover o resultado útil e efetivo ao caso, consentâneo com o interesse público.

§ 2º O acordo de colaboração visa à obtenção de informações e de meios de prova que comprovem o ilícito, sendo que a premiação ajustada fica condicionada a uma colaboração efetiva e voluntária, com a investigação e com o processo, e desde que advenha um ou mais dos seguintes resultados:

I - a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito noticiado ou sob apuração;

II - identificação dos demais coautores, partícipes e beneficiários do ato ilícito; e

III - localização de bens, direitos e valores para fins de ressarcimento do dano ao erário ou reversão, à pessoa jurídica lesada, da vantagem indevida obtida.

Seção III

Das condições para a celebração de ANPC para preservação do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Art. 90. Na celebração do ANPC serão obrigatoriamente observadas as seguintes cláusulas e condições:

I - identificação do pactuante, agente público ou terceiro que, não sendo agente público induziu ou concorreu para a prática de ato ou dele se beneficiou, direta ou indiretamente;

II - identificação da pessoa jurídica celebrante, em cujo interesse ou benefício foi praticado o ato de improbidade administrativa, quando for o caso;

III - descrição do vínculo existente entre a pessoa jurídica referida no inciso anterior e aquele que, mesmo não sendo agente público, induziu ou concorreu dolosamente para a prática do ilícito;

IV - descrição da conduta ilícita com todas as circunstâncias, em especial as condições de tempo e local;

V - subsunção da conduta ilícita imputada à específica previsão legal de modalidade de ato de improbidade administrativa;

VI - quantificação e extensão do dano causado e dos valores acrescidos ilicitamente, quando presentes, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais a partir da prática do ilícito;

VII - assunção, por parte do pactuante, da responsabilidade pelo ato ilícito praticado;

VIII - compromisso de colaborar amplamente com as investigações, promovendo a identificação de outros agentes, partícipes, beneficiários, localização de bens e valores e produção de outras provas durante o curso do inquérito civil ou do processo judicial,

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

quando for o caso;

IX - compromisso de cessação do envolvimento do celebrante com o ato ilícito, nos casos em que tiver havido prévia assunção de responsabilidade;

X - compromisso de reparação integral do dano causado ao patrimônio público e de transferência não onerosa, em favor da entidade lesada, da propriedade dos bens, direitos e valores que representem vantagem ou proveito direto ou indiretamente obtido com a infração;

XI - sujeição do celebrante às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observados os parâmetros e critérios fixados nos incisos IV, V e VI do artigo 17-C da referida Lei, e no art 44 desta Resolução, ressalvada a possibilidade de isenção de pena na hipótese de acordo de colaboração;

XII - forma de cumprimento do acordo, com especificação das medidas sancionatórias negociadas, bem como das condições para o ressarcimento do dano e a devolução de bens, direitos e valores acrescidos ilicitamente, quando for o caso;

XIII - previsão de aplicação de multa diária ou outras espécies de cominação para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do acordo, observado o disposto no artigo 5º da Resolução nº 179/2017, do CNMP;

XIV - oferecimento de garantias reais ou fidejussórias para o cumprimento dos compromissos de pagamento da multa civil, do ressarcimento do dano e da transferência de bens, direitos e/ou valores, em conformidade com a extensão do pactuado;

XV - a independência das cláusulas pactuadas, podendo, no entanto, o órgão do Ministério Público considerar o ajuste totalmente rescindido, na hipótese de anulação judicial de parte do ANPC, quando verificado que as obrigações restantes não atendem ao interesse público;

XVI - previsão das hipóteses de descumprimento do acordo e suas consequências;

XVII - especificação, quando possível e necessário, de tantos bens quanto bastem para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas, os quais permanecerão indisponíveis;

XVIII - advertência de que a eficácia do acordo extrajudicial estará condicionada à homologação do CSMP no prazo de até 60 (sessenta) dias, se anterior ao ajuizamento da ação e de homologação judicial se ocorrer após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

§ 1º Na hipótese de acordo parcial ou preliminar, esta circunstância constará expressamente do título ANPC.

§ 2º O ANPC poderá prever convenções de natureza processual para a hipótese de inadimplemento e posterior ajuizamento ou continuidade da ação de improbidade administrativa, bem como nos casos de pedido de cumprimento da sentença homologatória do acordo, como a inversão do ônus processual, a renúncia a recursos, dentre outros.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 3º O ANPC poderá contemplar a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso, bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas.

§ 4º As tratativas que envolverem ilícitos puníveis nas esferas cível e criminal serão estabelecidas, preferencialmente, de forma conjunta pelos órgãos do Ministério Público com atribuições nas respectivas áreas de atuação, a fim de evitar possíveis incompatibilidades entre o avençado nas referidas esferas.

§ 5º Para o cumprimento das obrigações estabelecidas no acordo, poderá ser convencionado o desconto mensal na remuneração do devedor que receba dos cofres públicos ou instituto de previdência, subsídios, vencimentos ou proventos, sempre que conveniente ao interesse público.

Art. 91. Tendo como parâmetro a extensão do dano, o grau de censura da conduta do compromissário, a sua personalidade, a natureza, as circunstâncias, a gravidade, a repercussão social do ilícito praticado, a eficácia do acordo firmado e, ainda, visando assegurar a eficácia dos comandos da Lei nº 8.429, de 1992, e o respeito aos princípios que norteiam a administração pública, o ANPC poderá prever, cumulativamente, uma ou mais das seguintes condições além do ressarcimento ao erário e do perdimento de bens e valores acrescidos ilicitamente:

I - compromisso de pagamento de multa civil, cujo valor avençado não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, e será revertido à pessoa jurídica lesada;

II - compromisso de não contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, respeitados, na fixação dos prazos, os parâmetros previstos no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

III - renúncia irrevogável ao cargo da função pública exercida;

IV - compromisso de reparação de danos coletivos, observados, como parâmetros, os efeitos advindos do ato de improbidade administrativa e o grau de censura da conduta do compromissário, atendidos, ainda, o caráter sancionatório e o pedagógico da medida;

V - renúncia ao direito de candidatar-se a cargos públicos eletivos, cujo prazo fixado respeite os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, consignando-se, ainda, no termo respectivo, que a eficácia da referida cláusula sujeitar-se-á à homologação judicial;

VI - compromisso que obrigue o beneficiado a divulgar, pela via de maior alcance social disponível em cada hipótese, os termos da avença e os meios de contato da Ouvidoria do Ministério Público, para que os cidadãos possam acompanhar o efetivo cumprimento do ajuste celebrado;

VII - compromisso de promover alterações na governança da pessoa jurídica investigada que mitiguem o risco da ocorrência de novos atos de improbidade administrativa e estabeleçam parâmetros de monitoramento eficazes dos compromissos firmados na

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

composição, quando se tratar de pessoa jurídica; e

VIII - convenção do desconto mensal na remuneração do compromissário que receba dos cofres públicos ou de instituto de previdência subsídios, vencimentos ou proventos.

§ 1º Na hipótese de avençada a condição prevista no inciso III deste artigo, consignar-se-á no respectivo termo cláusula explicitando que o compromissário, de forma irretratável, requer sua exoneração da respectiva função pública, inclusive ficando autorizado o Ministério Público a encaminhar cópia do ANPC à respectiva entidade da administração pública direta ou indireta, para efetivação da condição, caso não apresente comprovação de sua exoneração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do referido Termo.

§ 2º Cumulativamente com uma ou mais das condições previstas nos incisos I a V deste artigo, também poderão ser avençadas outras obrigações de fazer ou não fazer que se revelem pertinentes ao caso e não sejam defesas em lei, desde que sua liquidez não dependa da atuação de terceiros.

§ 3º A reparação do dano patrimonial, a devolução de bens e valores acrescidos ilicitamente e o pagamento da multa civil poderão ser objeto de parcelamento, levando-se em consideração o interesse público, a extensão do dano ou do proveito patrimonial, assim como a capacidade financeira do compromissário.

§ 4º Os bens e valores decorrentes do ressarcimento do dano patrimonial, do perdimento de bens e valores acrescidos ilicitamente serão revertidos à pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito, e o produto da multa civil, os valores decorrentes da multa por descumprimento e a reparação de dano moral coletivo serão revertidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FEDDD), criado pela Lei Complementar Estadual nº 23, de 23 de março de 1994, sendo também admissível a destinação dos referidos recursos a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza, apoio às entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção ou materialização de direitos ou interesses coletivos, depósitos em contas judiciais, ou destinação específica ao Poder Público em forma de doação ou prestação de serviço.

Art. 92. A assinatura do ANPC interromperá a prescrição os termos do art. 202, inciso VI, do Código Civil.

Seção IV
Do Procedimento

Art. 93. A iniciativa para a celebração do ANPC previsto nesta Resolução caberá ao Ministério Público ou ao autor do ato de improbidade administrativa, hipótese em que a proposta poderá ser apresentada isoladamente, por um ou mais investigados, ou conjuntamente, por todos os envolvidos.

§ 1º Quando da celebração do ANPC o compromissário será assistido por advogado ou defensor público.

§ 2º As reuniões e tratativas deverão ser registradas preferencialmente em meio audiovisual, substituído por ata quando não for possível, e conterão informações sobre data, lugar, participantes, bem como breve resumo dos assuntos discutidos.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 3º O membro do Ministério Público ouvirá o ente lesado sobre a celebração do ANPC, não se exigindo, contudo, sua aquiescência como requisito de validade ou eficácia do ajuste.

§ 4º Quando o acordo for celebrado na fase extrajudicial, a oitiva do ente lesado deverá ser realizada preferencialmente antes da aprovação do acordo pelo CSMP.

§ 5º Se houver concordância quanto às condições estipuladas no acordo, o Ministério Público poderá firmá-lo em conjunto com a pessoa jurídica interessada ou com sua anuência.

Art. 94. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de negociação será confidencial em relação a terceiros até a homologação judicial do acordo, salvo dever legal de comunicação, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize.

§ 1º No início da primeira reunião de negociação, e sempre que julgar necessário, o membro do Ministério Público deverá alertar o investigado ou demandado e o seu defensor acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

§ 2º Antes da celebração do acordo de colaboração, deverá ser subscrito com o colaborador um termo de confidencialidade, visando:

I - a delimitação dos fatos e atos abrangidos, incluindo a identificação dos participantes que o colaborador tenha conhecimento e o relato de suas respectivas participações no suposto ilícito, com a individualização das condutas;

II - a declaração no sentido de ter cessado completamente o seu envolvimento com o ilícito, antes ou a partir da data de propositura do acordo, quando for o caso, comprometendo-se, ainda, a dizer a verdade e não omitir nenhum fato ou dado de que tenha conhecimento; e

III - a lista com as informações, elementos de prova e documentos fornecidos ou que o pactuante se obriga a fornecer, com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada ou sob investigação, com o prazo para a sua disponibilização.

§ 3º O Ministério Público poderá requerer ao juiz a manutenção da confidencialidade do procedimento da negociação e do correspondente acordo em relação a terceiros mesmo após a homologação judicial do ajuste, quando conveniente para a eficiência das investigações.

Art. 95. Celebrado o ANPC, os autos do procedimento preparatório ou inquérito civil em que o mesmo foi firmado serão encaminhados ao CSMP.

Seção V
Do controle e encerramento do acordo

Art. 96. A celebração do ANPC dependerá, cumulativamente:

I - de aprovação, no prazo de até 60 (sessenta) dias pelo CSMP se anterior ao ajuizamento da ação; e

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

II - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

Parágrafo único. O aditamento do acordo extrajudicial, tenha sido ou não homologado judicialmente, deverá ser submetido a nova aprovação do CSMP.

Art. 97. O CSMP ao fazer a análise do ANPC poderá:

I - aprovar o acordo, quando entender que as condições pactuadas protegem de maneira suficiente o patrimônio público e a moralidade administrativa, hipótese em que determinará o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório correlato;

II - devolver os autos ao membro do Ministério Público que celebrou o acordo, quando houver discordância apenas em relação aos termos da avença, indicando os pontos que devem ser ajustados, para que seja reformulada a proposta, colhendo-se, na sequência, a concordância do celebrante e seu defensor;

III - converter o julgamento em diligência para a realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando-os e remetendo os autos ao membro do Ministério Público que celebrou o acordo, e, no caso de recusa fundamentada, ao órgão competente para designar o membro que irá atuar; e

IV - reprovando o acordo, indicando os fundamentos de fato e de direito de sua decisão, deliberando pelo prosseguimento das investigações ou pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa ou de outra ação cabível, remetendo os autos ao membro do Ministério Público que celebrou o acordo, e, no caso de recusa fundamentada, ao órgão competente para designar o outro membro que irá atuar.

§ 1º Na hipótese referida no inciso II deste artigo, acaso o membro do Ministério Público que celebrou o acordo não concorde, de forma fundamentada, com os ajustes propostos pelo órgão de revisão, este remeterá os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório ao órgão competente para designar o membro que irá atuar.

§ 2º Se o investigado discordar dos ajustes propostos pelo Ministério Público na hipótese prevista no inciso II deste artigo, o órgão de revisão poderá reprovando o acordo, deliberando pelo prosseguimento das investigações ou pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

Art. 98. Aprovado o ANPC pelo CSMP, o membro do Ministério Público deverá requerer sua homologação perante o juízo competente, observado o disposto no art. 17, § 4º-A, da Lei 8.429, de 1992.

Art. 99. Após a homologação judicial do ANPC, o membro do Ministério Público providenciará a instauração de procedimento administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do ajuste, salvo se for possível sua verificação nos autos do processo judicial em que ocorrer a homologação.

Art. 100. O ANPC poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade e após a sentença condenatória ou no momento de sua execução.

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

§ 1º A atribuição para a celebração de acordo em processo já julgado em primeiro grau de jurisdição ou com recurso interposto nos Tribunais, será do membro do Ministério Público oficiante em segundo grau, nos termos da respectiva lei orgânica, devendo ser priorizada a atuação conjunta com o órgão de execução de primeiro grau.

§ 2º No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a atribuição para a celebração de acordo será do membro do Ministério Público oficiante nos processos de competência desses tribunais, na condição de parte recursal, nos termos da respectiva lei orgânica.

§ 3º Depois do trânsito em julgado da sentença condenatória e no curso da correspondente execução, a atribuição para a celebração de ANPC será do membro do Ministério Público oficiante em primeiro grau.

§ 4º Caberá ao membro do Ministério Público que possuir atribuição em primeiro grau promover as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento do acordo.

§ 5º O aditamento do ANPC será da atribuição do mesmo órgão de execução responsável por sua celebração.

Art. 101. A qualquer momento que anteceda a homologação judicial do ANPC, a pessoa física ou jurídica participante do acordo poderá desistir da proposta ou o Ministério Público poderá rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta ou sua rejeição:

I - não importará em reconhecimento da prática de ato ilícito pelo investigado, sendo entregue à pessoa física ou jurídica proponente quaisquer documentos apresentados durante o procedimento; e

II - impedirá a utilização das provas fornecidas pelo beneficiário exclusivamente em seu desfavor, exceto as que o Ministério Público tiver acesso por outros meios.

§ 2º A proposta de acordo rejeitada não poderá ser usada para iniciar nova investigação, exceto quando o Ministério Público tiver acesso às provas produzidas por outros meios.

Art. 102. Cumprido integralmente o ANPC, será promovido o arquivamento do procedimento administrativo eventualmente instaurado para o acompanhamento do cumprimento das cláusulas do ajuste.

Art. 103. Em caso de descumprimento do acordo, o celebrante será notificado a apresentar justificativa no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 104. No caso de descumprimento do ANPC:

I - a pessoa física ou jurídica compromissária perderá os benefícios pactuados;

II - haverá vencimento antecipado das parcelas não pagas, cabendo ao órgão do Ministério Público no prazo de 60 (sessenta) dias, observado sempre o prazo prescricional, promover a

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

execução do título respectivo, inclusive da cláusula cominatória pertinente ou promover o cumprimento da sentença homologatória visando o pagamento:

- a) do valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente pagas; e
- b) dos valores relativos ao dano ao erário e ao enriquecimento ilícito;

III - será instaurado ou retomado o procedimento referente aos atos e fatos incluídos no acordo ou ajuizada ou retomada a ação de improbidade administrativa, conforme o caso.

Parágrafo único. A rescisão do acordo, por responsabilidade do celebrante, não implicará a invalidação da prova por ele fornecida ou dela derivada.

Art. 105. Na hipótese de descumprimento do acordo, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.

Art. 106. Na hipótese de o compromissário, sendo pessoa física, manifestar interesse também na celebração de acordo de colaboração premiada, poderá o órgão de execução suspender o andamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, caso verificada a necessidade da conclusão das tratativas de colaboração premiada da investigação de natureza penal, de forma a evitar possíveis incompatibilidades entre o avençado nas esferas cível e criminal.

Art. 107. O ANPC deverá ser encaminhado, via sistema GEDOC ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP) para fins de registro e estatística.

Parágrafo único. Caberá ao Departamento de Informática (DEINF) adaptar o sistema GEDOC para criar campo específico que informe se tratar de ANPC de improbidade administrativa e o valor compromissado, possibilitando, assim, o acompanhamento e a estatística dos resultados alcançados.

CAPÍTULO IX
DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 108. O membro do Ministério Público poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas ou físicas responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei nº 12.846, de 2013, inclusive quando configurarem atos de improbidade administrativa, que colaborem efetivamente com as investigações, sendo que dessa colaboração resulte:

- I - a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e
- II - a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

§ 1º O acordo de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

II - pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo; e

III - a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

§ 2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e nos incisos II, III e IV do art. 19 da Lei nº 12.846, de 2013, e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica ou física da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 4º O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, ou consórcios, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

§ 6º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 7º Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ou física ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

§ 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 2013.

§ 10. O acordo de leniência deve ser aprovado pelo, em sessão de publicidade restrita, para produzir seus legais efeitos.

Art. 109. O acordo de leniência, preferivelmente, deve ser celebrado em conjunto com a colaboração premiada, o ANPC, o acordo de não persecução penal, ou, sendo o caso, o compromisso de ajustamento de conduta, de modo que o Ministério Público do Estado resolva integralmente a lide, em todas as esferas de responsabilidade, conferindo segurança jurídica aos investigados e aos administrados em geral.

Parágrafo único. Os órgãos do Ministério Público devem trabalhar de forma harmônica e articulada, de modo a solucionar eficaz e definitivamente os conflitos de interesse sob seu encargo.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

Art. 110. Cada órgão de execução manterá controle atualizado do andamento das notícias de fato, dos procedimentos preparatórios, inquéritos civis públicos, procedimentos administrativos e ações civis públicas ajuizadas, inclusive das fases recursais.

§ 1º O controle será realizado em sistema de informática próprio, desenvolvido pela Administração Superior do Ministério Público, ou, na ausência deste, em livro de registros edistribuição respectivo.

§ 2º O sistema informatizado ou o livro de registros e distribuição conterà, obrigatoriamente, o número do registro, a data e a hora do recebimento, os nomes das partes interessadas ou envolvidas e as providências de encaminhamento e tramitação adotadas.

Art. 111. Os Promotores de Justiça deverão encaminhar aos CAOs da área respectiva, até o dia 5 (cinco) de cada mês, cópia das portarias de instauração de inquéritos civis, das promoções de arquivamento, dos termos de ajustamento de conduta e das petições iniciais de ações pertinentes aos interesses mencionados no art. 1º desta Resolução, com indicação do número que tomou o processo e da vara à que foi distribuído.

Art. 112. Os CAOs deverão realizar o acompanhamento estatístico dos inquéritos civis públicos, dos procedimentos preparatórios, dos procedimentos administrativos e das ações propostas pelos órgãos de execução, permitindo-se a coleta de dados por meio eletrônico.

Art. 113. O órgão de execução ministerial deverá instaurar um único procedimento extrajudicial para averiguar fatos com o mesmo objeto, as mesmas obrigações ou os mesmos deveres a serem regulamentados, independentemente do número de atividades a serem realizadas, ainda que envolvam mais de uma parte.

Art. 114. Todos os ofícios requisitórios de informações ao procedimento preparatório e ao inquérito civil deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o processo ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada.

Art. 115. Cópias de peças consideradas pertinentes dos autos de procedimento administrativo, procedimento preparatório e inquérito civil instruirão a ação civil decorrente deles.

Art. 116. O CEAJ promoverá curso de aperfeiçoamento sobre técnicas de elaboração de procedimentos extrajudiciais.

Art. 117. Ficam revogadas as Resoluções nº 007/2019-CPJ, de 06 de junho de 2019 e 007/2021-CPJ, de 05 de agosto de 2021.

Art. 118. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ, em 3 de outubro de 2024.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora de Justiça

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador de Justiça

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador de Justiça

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA
Procuradora de Justiça

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES
Procuradora de Justiça

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
Procurador de Justiça

MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES
Procuradora de Justiça

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora de Justiça

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
Procuradora de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 012/2024-CPJ, DE 3 DE OUTUBRO DE 2024
(Publicada no Diário Oficial nº 35.998, de 16 de outubro de 2024)

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Procuradora de Justiça

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO
Procurador de Justiça

SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA
Procurador de Justiça

ISAIAS MEDEIROS DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça

JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA
Procurador de Justiça

ARMANDO BRASIL TEIXEIRA
Procurador de Justiça

JOANA CHAGAS COUTINHO
Procuradora de Justiça